

# Juros preocupam banqueiro

Sem comentar diretamente a maxidesvalorização, o presidente da Federação Nacional dos Bancos, Roberto Konder Bornhausen, disse que as medidas econômicas são certas ou erradas dependendo dos efeitos que causam, os quais dependem da expectativa geral da sociedade. Nesse sentido, acha que as taxas de juros também dependem das expectativas que se formem e das políticas monetárias do governo. "Estamos cientes da perversidade dessas taxas, geradas por diretrizes governamentais e que induzem a inviabilização da economia. Então, a prioridade deveria ser modificar o nível do custo financeiro. Medidas têm de ser adotadas em torno de suas causas para que medidas em torno de seus efeitos não se tornem mais perversas", prosseguiu, durante o seminário promovido pela Sociedade Rural Brasileira e Associação Comercial de São Paulo.

Com relação à dívida externa, que considera um dos constrangimentos da economia, acha que deveria ser adotada uma solução mais a longo prazo, que evitasse o sufoco de caixa, perturbador aos que têm responsabilidade de conduzir a política a médio e longo prazo. "É preciso que a comunidade financeira internacional entenda e aceite nossas argumentações, apoie nossos caminhos, acredite e confie neles". Bornhausen defendeu também seu setor ao classificar de uma visão distorcida e do papel desagregador dos bancos.

"Os bancos estão sendo induzidos a esse papel, como agente do governo. Ficam como vilões dentro da história, mas atrás do qual está a ação do governo, que prefere dar aos bancos a vitrola a ser quebrada. Os bancos têm dado suporte ao emaranhado de legislações, se sujeitando a ataques injustos e colocações inadequadas porque apenas cumpre seu papel. Não se pode negar que o setor bancário tem-se comportado da melhor forma possível diante de condições perversas que lhe são impostas", concluiu.

## ORÇAMENTO

O problema da dívida externa para o ex-presidente do Banco Central, Carlos Brandão, está exigindo um novo Bretton Woods. "Não podemos, a curto prazo, pensar em redução efetiva do principal dessa dívida. Precisamos, primeiro, arrumar a casa para depois ter arranjo externo." Nesse sentido, acha bastante delicada a situação do orçamento monetário, que funciona como um edifício com alicerce em uma só pilastra, pois com ele cobre-se os déficits públicos não especificados no orçamento fiscal. O efetivo controle do sistema monetário depende, segundo ele, do superávit de Cr\$ 2,4 trilhões do orçamento fiscal. Se continuar a dependência de uma única fonte de recursos, em sua opinião, não será possível controlar o orçamento, por isso acha que acabar com o orçamento monetário é uma exigência que já está retardando.